Política de manejo do fogo: resposta à altura dos incêndios de 2024?

» ANE ALENCAR
Diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e coordenadora do Mapbiomas Fogo

» JARLENE GOMES
Pesquisadora do Ipam

Em 2024, o Brasil viveu uma temporada de incêndios florestais sem precedentes. Pela primeira vez em quatro décadas, os principais biomas do país — Amazônia, Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica — queimaram de forma simultânea, deixando um rastro de destruição e exigindo resposta que o país não estava preparado para dar.

Dados do MapBiomas Fogo registraram mais de 30 milhões de hectares queimados no país ao longo do ano, 62% acima da média anual histórica. E o que chamou atenção foi que 72,7% dessa área estava coberta por vegetação nativa. As formações florestais foram as mais afetadas, com 7,7 milhões de hectares destruídos, representando um salto de 287% em relação à média histórica dessa classe.

Trata-se de um cenário em que as mudanças climáticas tornaram a vegetação mais seca e inflamável, testando os limites da nossa capacidade de resposta e expondo a vulnerabilidade das políticas públicas diante de um problema que é tanto ambiental quanto social e climático.

Esses números não são somente estatísticas, eles nos trazem um alerta importante: o ano de 2024 deve ser lembrado como o marco de um novo momento de incêndios mais severos e mais frequentes, impulsionado por mudanças nos fatores climáticos que tornam a vegetação mais inflamável e aumentam os riscos de eventos extremos.

Diante de um quadro tão grave, ficou evidente a ausência de uma estratégia coordenada e de um marco legal capaz de articular esforços entre União, estados e municípios. As ações de combate continuaram sendo majoritariamente reativas, quando o momento exigia planejamento, prevenção e integração. Faltava ao Brasil uma política nacional que tratasse o fogo não apenas como desastre, mas como fenômeno ecológico e cultural, que exige abordagens diferenciadas em cada contexto territorial.

Foi nesse cenário crítico que, após mais de seis anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovada a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF), instituída pela Lei 14.944 em 31 de julho de 2024, que propõe diretrizes e princípios inovadores e fundamentais para enfrentamento do problema — fruto de ampla concertação.

Em resumo, ela propõe a elaboração de planos de manejo do fogo em diferentes escalas, estimula ações de prevenção, regulamenta o uso controlado do fogo como ferramenta de conservação e prevê a articulação entre instituições públicas e sociedade civil. Além disso, a política valoriza o diálogo entre saberes tradicionais e científicos, algo essencial em um país de dimensões continentais e biomas diversos.

Um ano após sua sanção, a PNMIF deu seus primeiros passos. O governo federal consolidou o Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo (Comif), alguns estados iniciaram a elaboração de planos estaduais e grupos de trabalho interinstitucionais começaram a se formar. Houve, também, esforços de capacitação e de escuta de comunidades que historicamente manejam o fogo de forma responsável.

Apesar disso, persistem fragilidades institucionais, baixa integração entre órgãos e recursos limitados para planejamento e prevenção, em um cenário ainda marcado por uma cultura institucional fortemente centrada no combate. Por outro lado, avanços relevantes começam a se consolidar: aumento do número de brigadistas, destinação de recursos do Fundo Amazônia para os Corpos de Bombeiros, apresentação de planos operacionais estaduais para combate a incêndios florestais e resoluções do Comif que vêm orientando e fortalecendo a implementação da política. Além disso, acabamos de fechar o sétimo mês do ano e o Brasil já apresenta um número 50% menor no número de focos de calor, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A crise de 2024 mostrou que o Brasil não pode mais se dar ao luxo de tratar o fogo apenas como emergência. É preciso agir antes das chamas. A PNMIF oferece o caminho, mas sua efetividade dependerá da vontade política, da destinação de recursos adequados, da integração multiagências e do reconhecimento de que não existe solução sem a participação ativa de quem vive e conhece profundamente os territórios.

O futuro das nossas florestas, savanas e áreas úmidas está em jogo. A PNMIF pode marcar uma virada, é a chance histórica de virar o jogo. Mas essa virada depende de ação concreta, compromisso político e, sobretudo, da escuta ativa de quem já cuida do fogo há gerações. O tempo da reação passou. Agora, é hora de planejar, para que 2024 não se repita e para que o futuro seja construído com prevenção, diálogo e justiça climática.

Luz que revela, luz que constrói: contribuições do fotojornalismo a todos nós

» FLÁVIA MORETTI
Representante da World Press Photo no Brasil

O fotojornalismo é um convite à contemplação ativa do nosso tempo. Quando uma lente registra o instante exato em que uma mãe abraça o filho resgatado de um desastre, quando flagra o momento do gol que leva um time a vencer o campeonato ou expõe momentos de destaque de uma manifestação popular à luz do entardecer, não estamos apenas diante de uma imagem: vemos a história ganhar forma, cor e significado.

A boa fotografia não paralisa um momento; ela convoca. Uma referência ao poder mobilizador das imagens jornalísticas cercadas de muito talento pessoal e excelência profissional. Uma foto realmente impactante provoca uma reação, convida à reflexão crítica, engaja público e, muitas vezes, incentiva uma ação prática — seja doar, cobrar autoridades, compartilhar informação ou simplesmente repensar atitudes pessoais e coletivas.

Países com liberdade de imprensa robusta, como o nosso, prosperam quando repórteres visuais circulam sem barreiras, documentando desde sessões parlamentares até manifestações de rua. O resultado é um espaço público mais transparente, onde cidadãos dispõem de registros confiáveis para formar opinião e exigir respostas.

O fotojornalismo é um excelente instrumento ante a onda incessante de fake news que nos atinge, amarga nosso direito ao acesso à comunicação verdadeira, ao privilegiar a manipulação em detrimento da democracia. Incentivar o fotojornalismo é também proteger o direito de ver, conhecer — e, portanto, de escolher caminhos sociais mais justos. Essa carreira profissional é cercada pela emoção que gera engajamento. Seu produto, a fotografia, desperta empatia instantânea. Tem a capacidade de, com clareza, ajudar a transformar a indignação em demanda, já que pode oferecer evidências visuais irrefutáveis, ou seja, argumentação para o debate público sobre variados temas. Uma foto marcante fica gravada na memória coletiva e serve de combustível para manter acesos quaisquer debates.

Mas o valor social dessa prática contém ainda um vigor econômico e cultural. Essa abordagem complementar sobre o fotojornalismo acontece graças a iniciativas já consagradas, como a exposição itinerante *World Press Photo 2025*, edição anual deste que é um concurso internacional de fotojornalismo e fotografia documental, organizado pela World Press Photo Foundation, desde 1955.

A mostra gratuita percorre algumas capitais brasileiras, inclusive Brasília, a partir de 14 de agosto. É um momento de convite à sociedade para celebrar muito mais do que um desfile de fotografias premiadas; trata-se de um patrimônio social que amplia horizontes, fortalece a democracia e aciona a empatia coletiva.

As imagens vencedoras desta edição destacam também obras de profissionais do Brasil. Percorrem temas como crise climática, migração, infância em zonas de conflito e superação cotidiana. Em cada quadro, há, claro, a "luz que denuncia" desigualdades e violações, mas há, sobretudo, a luz que revela soluções, resiliências e gestos de solidariedade. É essa claridade positiva que costuma mobilizar cidadãos e governos para agir. No Brasil, por exemplo, o impacto simbólico de fotos que mostraram a devastação das enchentes no Sul em 2024 — e, na mesma reportagem, o esforço dos voluntários — ajudou a multiplicar doações e pressionou gestores públicos a acelerar a reconstrução de pontes e estradas.

O componente artístico também merece destaque. Fotografar é pintar com luz, e a curadoria do prêmio comprova que beleza e jornalismo não são antônimos. Um enquadramento estudado, a coreografia dos elementos no quadro, o domínio da cor ou do preto-e-branco — tudo isso provoca um encantamento que facilita a passagem da informação bruta à compreensão afetiva.

Ao abrir suas portas para o público brasiliense, a *World Press Photo 2025* reafirma tudo isso: a potência de uma imagem verdadeira, o impacto positivo de narrativas visuais bem contadas e a necessidade de apoiar quem arrisca o próprio olhar para que nós possamos ver melhor. A fotografia jornalística, afinal, não é apenas a luz que denuncia; é a luz que revela caminhos, indica pontes, inaugura diálogos. Quando valorizamos essa luz, iluminamos a todos.

Agosto é Dourado

» ANDRÉA DUARTE NASCIMENTO JÁCOMO
Pediatra, membro do Departamento de Pediatria Ambulatorial da SBP/SPDF e professora de medicina do Ceub

Agosto na pediatria é o mês dedicado a várias ações para incentivar o aleitamento materno no Brasil e no mundo. Em 1992, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância reconheceram, junto com a Aliança Mundial de Ação Pró-Amamentação, a primeira semana do oitavo mês como a Semana Mundial de Aleitamento Materno (SMAM). Desde então, anualmente, o tema da campanha é explorado em materiais traduzidos em 14 idiomas com a participação de cerca de 120 países. No Brasil, a adesão à SMAM foi em 1999, quando o Ministério da Saúde começou a adaptar o lema global à nossa realidade, mas só em 2017 é que agosto virou dourado por Lei Federal.

E, para os que se perguntam se é preciso um mês inteiro de campanhas e uma semana intensa de atividades voltadas para incentivar a amamentação, vou falar: ainda é pouco. Amamentar nem sempre é fácil, nem sempre é possível, mas, sem políticas públicas e campanhas voltadas para o estímulo, fica mais difícil. Num mundo em que se medem valores e se remunera pela produtividade, como deixar as mulheres que trabalham, fora ou dentro de casa, amamentarem?

Foi preciso, primeiro, reconhecer e divulgar para médicos e famílias os vários benefícios do aleitamento materno para as crianças, para as mães e, inclusive, para o futuro da sociedade com a formação de cidadãos mais saudáveis. Não foi fácil mudar uma mentalidade de gerações e convencer que chique não era oferecer mamadeira de um leite que vem na lata, mas, sim, amamentar de peito aberto mesmo estando se recuperando do parto normal ou cesárea e que esse era um ato de amor para além dos seis primeiros meses de vida. Foi preciso muito estudo e muito engajamento materno.

Aos poucos, fomos avançando, de agosto em agosto, com uma legislação que garante pelo menos quatro meses de licença às mães que trabalham com carteira assinada, de seis meses para as funcionárias públicas e que gera benefícios para algumas empresas que adotaram essa extensão também. Outro marco importante veio para as mães de prematuros garantindo legalmente que a licença-maternidade seja contada a partir da alta hospitalar do bebê, e não da data do parto, permitindo mais tempo de convivência e facilitando a amamentação após a volta para casa.

Como pediatra, defensora do aleitamento, só na amamentação da minha primeira filha pude sentir na pele, ou melhor, no peito, como amamentar pode ser desafiador. Conheci junto com as dores do pós-parto, as fissuras mamárias, a tempestade hormonal e a privação do sono, o que a autora Rafaela Carvalho tão bem descreve nos textos do livro *60 dias de neblina*: aquilo que "não se escuta do obstetra nem do pediatra, não está nos livros, não se aprende nas classes". São noites que parecem intermináveis com o bebê inconsolável no colo.

Sim, muitas mulheres não recebem o apoio necessário para persistir. Muitas mulheres não podem amamentar — seja porque enfrentam doenças ou tratamentos que contraindicam a amamentação; seja porque os bebês apresentam alterações que impossibilitam a amamentação, essas são condições raras, mas que existem e precisam ser reconhecidas e respeitadas inclusive no agosto dourado.

Nenhuma mãe é melhor ou pior porque não pôde amamentar. Tão bom ouvir uma voz que tranquiliza, seja da família, seja do profissional de saúde que acompanha: "Calma, sei que não está fácil, mas vai melhorar". Tão difícil quando quem deveria apoiar dificulta ainda mais essa função, exagera na cobrança ou até contribui para que o desmame ocorra na primeira, na segunda ou na terceira dificuldade, já que são inúmeras.

Por isso, a importância de um mês para conscientização de quem não amamenta, mas apoia, dos profissionais de saúde que podem e devem falar da amamentação antes mesmo do nascimento e da legislação que garante esse direito às mães e aos bebês. O lema deste ano "Priorize a Amamentação. Crie Sistemas de Apoio Sustentáveis" nos lembra que, pelo gesto de amamentar, é possível contribuir também para um mundo melhor, já que se oferece um alimento natural, acessível e, como ressalta a Dra. Rosiclei Pinheiro, presidente do Departamento Científico de Aleitamento Materno da Sociedade Brasileira de Pediatria, "produzido e entregue sem poluição, sem embalagens e sem resíduos".

Por todos os benefícios já documentados em vários estudos, para além do mês de agosto, priorizar a amamentação não deve ser uma função só de quem tem peito para amamentar, é preciso que seja prioridade também para outros membros da família, dos governos, das instituições públicas e privadas e de todos que acreditam num mundo melhor.